COMUNICAÇÃO

*De juiz a infrator: notas sobre o Juízo Eclesiástico do
Bispado de Mariana (século XVIII)¹*

Maria do Carmo Pires

Mestranda em História - Universidade Estadual Paulista (UNESP)

O presente texto tem como objetivo analisar o dilema vivenciado pelo clero mineiro ao longo do século XVIII, prensado de um lado pelo impulso moralizador e pelo aparato repressivo empregado pela Igreja tridentina e, de outro, pelas infrações, contínuas e reincidentes, aos "ensinamentos cristãos" cometidas pelos próprios sacerdotes. Tendo como fonte manuscrita básica os livros do Juízo Eclesiástico do Bispado de Mariana, procura avaliar o papel do tribunal no empreendimento de disciplinarização do clero.

A criação do Bispado em 1745 e a vinda do primeiro bispo D. Frei Manuel da Cruz em 1748 foram tentativas de moralizar a Igreja Mineira. Até então a inexistência de uma política religiosa nitidamente configurada e a própria sociedade mineradora que privilegiava os aspectos exteriores em detrimento da própria fé, propiciavam aos clérigos o seu caráter profano, revoltoso e ambicioso. Em 1750, a criação do Seminário da Boa Morte - além de fazer parte do impulso moralizador e do caráter repressivo da Igreja tridentina - atendia aos anseios da população, principalmente da elite, permitindo-lhe o fácil acesso de seus filhos ao ensino superior. Isso colaborava com a deficiência do clero, pois nem todos ingressavam no Seminário por vocação.

Após a morte de Dom Frei Manuel da Cruz, em 1764, a diocese de Mariana ficou vacante por 16 anos. Nesse período em que os procuradores - cônegos do cabido designados pelos bispos titulares - governaram o Bispado, a vida religiosa se tornou ainda mais precária nas Minas Gerais. O Juízo Eclesiástico tentou ocupar o lugar do bispo, fiscalizando a ação pastoral do clero.

De acordo com estudos sobre o processo de seleção dos candidatos ao sacerdócio, sob os episcopados de Dom Frei Manuel da

¹ Comunicação apresentada no Seminário intitulado *Mariana Trezentos Anos. Um balanço da produção historiográfica* no dia 15 de outubro de 1994, quando era aluna do curso de História do ICHS-UFOP e participava do projeto *Mulheres, Padres e Religiosidade nas Minas Gerais Escravista (séculos XVIII e XIX)*, orientado pelo professor Luiz Carlos Villalta, com bolsa do PIBIC-CNPq

Cruz (1748-1764) e Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével (1779-1793) a seleção do clero teria sido rigorosa e criteriosa, enquanto o oposto teria sucedido nos tempos de Sé Vacante e dos governos dos procuradores (1765-1779). Nesse período, ordenou-se um grande número de homens, sem necessidade e sem escolha, dispensando as exigências de "pureza de sangue e costumes".²

Numa visão global, a situação moral do clero brasileiro durante o período colonial deixava bastante a desejar. Não obstante, essa situação é bastante compreensível dentro dos padrões de cristandade em que foi implantado o catolicismo no Brasil.³

Não eram raros os delitos cometidos pelos sacerdotes, denunciados no Juízo Eclesiástico: celebrar missa sem ordens, não cumprir o sacramento da extrema-unção, andar armado, ferir, matar, praticar corrupção, raptar e, o mais frequente, o concubinar-se. Os religiosos mansamente, silenciosamente, gostosamente incorporavam todos os hábitos locais, e sobretudo os pecados locais.⁴ Eram "homens do mundo", que viviam conforme o mundo.⁵

Nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*⁶, elaborada em 1707 por um sínodo diocesano comandado pelo Arcebispo da Bahia Dom Sebastião Monteiro da Vide, havia uma série de determinações seguidas por todo o clero colonial. Eis algumas delas:

- * Não podiam portar armas (liv. 3, tit. 4, parágrafos 454-8).
- * Não podiam andar de noite (liv. 3, tit. 5, p. 459-63).
- * Não podiam comer ou beber em tavernas ou ir a festas ilícitas (liv. 3, tit. 6, p. 464-6).
- * Não podiam participar de peças teatrais (*comédias*), danças ou "festas de cavalo", assim como disfarçar-se com máscaras (liv. 3, tit. 7, p. 467).
- * Não podiam participar de jogos proibidos (cartas e dados) e muito menos dar casa de jogo (tabolagem) (liv. 3, tit. 8, p. 468-70).

² Luiz Carlos Villalta A "Tórpeza Diversificada dos Vícios". *Celibato, Concubinato e Casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748 - 1801)*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FFLCH USP, 1993, p. 69.

³ Cf. Riollando Azzi. *A Instituição Eclesiástica durante a primeira época colonial*. In: HOONAERT, Eduardo et alii *História da Igreja no Brasil Colonial. (Primeira época)*. 3ª ed. Petrópolis: Ed. Paulinas/Vozes, 1983, p. 190.

⁴ Cf. Emanuel Araújo. *O Teatro dos Vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 248.

⁵ Apud. L. C. Villalta. *Op. cit.*, p. 61.

⁶ D. Sebastião Monteiro da Vide. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo... (1707)* Coimbra, 1720.

* Estavam proibidos de mercadejar ou fazer fianças por ganhos (liv. 3, tit. 11, p.481-2).

* Não podiam ter "mulheres de portas adentro" que podiam haver suspeitas, nem frequentar mosteiros de freiras (liv. 3, tit. 12, p.483-7).

* A simonia (venda de sacramentos e outros benefícios eclesiásticos) era crime gravíssimo (liv. 5, títulos 6-8, p. 904-14).

* Previam-se penas com que seria castigado o clérigo que matasse, ferisse ou espancasse alguma pessoa (liv. 5, tit. 26, p.1005-10).

* Também havia penas para o clérigo que puxasse arma contra alguém, ainda que não matasse nem ferisse e para o que injuriasse alguém de palavra (liv. 5, tit. 27, p.1011-2).

* Era inaceitável que algum sacerdote desafiasse ou aceitasse desafio (liv. 5, tit. 28, p.1014).

* Graves castigos destinavam-se aos padres que cometiam furtos (liv.5, tit. 31, p.1022-3).⁷

O vigário-geral, na maioria das vezes cônego prebendado e juiz dos casamentos e resíduos, era quem passava as sentenças. De acordo com o *Regimento do Auditório Eclesiástico*⁸, criado em 08-09-1704, o vigário-geral deveria:

ser pessoa de boa consciência, letras e experiência de negócios e inteireza de justiça; ser sacerdote ou ter pelo menos ordens sacras; não havendo idôneo, poderia ser eleito o que tivesse ordens menores; ser doutor em direito canônico ou bacharel".⁹

Tinha como atribuições:

1 - Logo que principiar a servir seu cargo, mandar vir perante si todos os oficiais do juízo para mostrarem suas provisões e castigar os que fizerem o contrário.

2 - Mandar executar com brevidade todas as sentenças crimes que passaram em causa julgada desta relação ou da superior instância; não mandar soltar preso algum que se livrasse em juízo, senão depois de ter pago toda a condenção e custas.

3 - Não mandar cumprir precatório algum nem embargar nenhum preso por crime julgado no juízo secular.

⁷ Emanuel Araújo *Op. cit.*, p. 252-3

⁸ D. Sebastião Monteiro da Vide *Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia, Metrôpole do Brasil e da sua Relação e Oficiais de justiça (1704)* Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1764

⁹ Graça Salgado *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil Colonial* Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira/Pró-Memória:INH, 1985, p. 318.

4 - Conhecer de todas as causas crimes e civeis do foro contencioso e passar monitórios e citações com que se dava principio às ditas causas.

5 - Proceder contra as pessoas que de algum modo fossem contra o disposto no direito canônico e Constituições do Arcebispado, podendo excomungar por esta razão.

6 - Proceder contra os que prendessem clérigos de ordens sacras, não sendo em flagrante.

7 - Conhecer de todos os casos de visitação depois que fossem deduzidos ao foro contencioso, se antes não lhe fossem remetidos por via de embargos.¹⁰

Um dos vigários-gerais do período dos procuradores, o cônego Jozé Botelho Borges, esteve envolvido por duas vezes em sentenças e obteve uma carta de seguro negativa, tendo o prazo de um ano para provar a sua inocência. Tudo indica que, ainda no início de seu cargo, estava envolvido em algum delito, mas nem as sentenças nem a carta de seguro negativa indicam qual tipo de delito praticara. Isso demonstra que o primeiro requisito, "ser de boa consciência", não estava sendo cumprido como se devia.

O mesmo Jozé Botelho Borges passou a sentença do padre Joaquim Lopes de Oliveira, capelão da Serra do Ibituruna, em 27 de junho de 1770, dizendo que:

sendo o Réu Sacerdote e como tal devendo imitar a Cristo nas suas ações e ajustados procedimentos, o fazia tanto pelo contrário, que chegara a conduzir da Lagoa Dourada a Margarida Pereira com duas filhas donzelas para a Serra do Ibituruna e finalmente depois de afeiçoado a uma das filhas, chamada Luzia Anna de Oliveira, a raptou de casa de um cunhado da mesma. [Prossegue dizendo que] como se prova plenamente por parte do Reverendo Réu ser Sacerdote de louváveis costumes sem queixa nem rumor em contrário, e se não prova o rapto plenamente pela querelante mas antes algumas testemunhas depõem a favor do mesmo absolvo ao Reverendo Réu do pedido pela Justiça e deixo direito salvo para da mesma haver perdas e danos e injúria de sua pessoa visto vir a Juízo infamar o Reverendo Réu sem prova manifesta do crime que lhe imputou de raptar sua filha e pague o Reverendo Réu as custas dos autos em que o condeno.

Neste caso, apesar de o padre ser acusado de cometer delitos que estavam proibidos pelas leis canônicas, o vigário-geral Jozé Botelho Borges alegou falta de provas. Apenas a denúncia de mãe e filha não bastaram, talvez por pertencerem a uma classe social inferior e

¹⁰ *Idem*, p. 319

¹¹ AEAM *Livro do Juízo Eclesiástico (1765 - 1784)*, p. 13

denunciarem um homem que pertencia à Igreja e isso o livrava de suspeitas.

Nas *Constituições* baianas o crime de rapto estava no mesmo título do de estupro (defloração de mulheres donzelas). Preocuparam-se com o clérigo que estuprava ou roubava "donzelas e mulheres honradas", devendo ser castigado com pena pecuniária (em dinheiro), suspensão das ordens e degredo, conforme "a qualidade da pessoa e escândalo que do delito resultar". Além disso deveria dar satisfação à donzela de sua honra e reputação.¹²

Outro caso de rapto ocorreu em agosto de 1770, dois meses depois, pelo padre João Faustino de Oliveira que foi ordenar-se na Bahia e lá alugou uma casa em frente à de uma mulher, roubando-lhe uma filha chamada Angélica e levando-a para o sertão das Minas. Isso causou um escândalo tanto no Arcebispado da Bahia como no Bispado de Mariana, ficando proibida a ordenação na Bahia de qualquer leigo das Gerais. O padre foi condenado a pagar 200 mil réis para as despesas da justiça, dois anos de degredo para fora da Comarca do Serro do Frio e dois anos de suspensão de suas ordens.¹³

O mesmo vigário-geral agiu conforme a legislação vigente neste caso, que é parecido com o anterior. Só que o Juízo Eclesiástico teve que atuar com mais rigor porque o rapto da "donzela" tornou-se um escândalo público nos dois Bispados. Neste período da Sé Vacante ocorreram outros casos de degredo, sendo dois seguidos de excomunhão maior. É o caso do padre da Freguesia de Raposos que, nas festividades do mês de maio de 1779 assim que se concluiu o "sacrifício da missa", ofendeu verbalmente e atacou com um chicote um tal de Manoel Martins em frente da capela, sendo a agressão assistida pelo povo que ainda "entoava a salve-rainha". Manoel Martins estava armado com uma pistola e o padre com um faca. Tiveram de ser separados pela população, ficando um tiro na parede da capela. À época da sentença, o padre já se encontrava preso na cadeia de Sabará, foi condenado por agressão e sacrilégio a pagar 50 cruzados para a capela, ficou incurso em excomunhão maior e foi condenado a dois anos de degredo para fora da comarca.¹⁴

O padre Ignácio Cardozo de Mattos vivia amancebado com uma crioula chamada Josefa e por causa dela atacou e feriu na cabeça Antônio Jozé Fagundes, no adro da Igreja da Sé em Mariana. Foi aberta uma devassa e em 10 de março de 1775 o padre foi condenado, por ser

¹² VIDE, S. M. *Op. Cit.* Liv. 5, tit. XXI, p. 363-364

¹³ AEAM *Op. cit.*, p. 12

¹⁴ *Idem*, p. 122v-123

revoltoso e viver amancebado, a pagar 150 mil réis para as despesas, a 5 anos de degredo para fora do Bispado e incurso em excomunhão maior.¹⁵ Esse julgamento já se arrastava por uns dez anos, visto que em 1765 foi passada uma segunda carta de seguro negativa para o Padre Ignacio Cardozo de Mattos, para em um ano tentar provar a sua inocência no referido crime. Mas, ao que tudo indica, foi infeliz no seu intento.

O sacrilégio era um delito muito grave que tinha uma diferenciação de acordo com a legislação eclesiástica. Dividia-se em atos e ofensas às pessoas sagradas, ofensas nas igrejas e lugares sagrados e ofensas às coisas sagradas e dedicadas ao culto. Com penas pecuniárias, corporais e excomunhão seria punida a pessoa que brigasse, ferisse, matasse ou tivesse "ajuntamento carnal" nas igrejas, adros e procissões. Também o roubo de objetos sagrados e próprios das igrejas incorria em penas pecuniárias, excomunhão, degredo e, se fosse realizado por um clérigo, deveria ser castigado com mais rigor.¹⁶

Outro caso é o do padre Joaquim Ferreira Barros, que devendo viver exemplarmente conformando-se com as máximas do Evangelho e bons costumes, procurando não dar escândalo com seu viver e muito mais, sendo Sacerdote normal, que deve exemplos aos leigos o faz tanto pelo contrário, que vive pública e escandalosamente amancebado com uma Custódia Maria de Jezus casada com Custódio Vieira de Carvalho, entrando na casa desta a toda hora de dia e de noite, chegando a tal excesso que fez separar o marido da dita amazia para mais seguramente continuar naquela depravada vida. Como as testemunhas juram de pública voz a fama por certamente amancebados e como este delito é um dos mais abomináveis e muito principalmente nos Sacerdotes que devem ser o espelho de todos os fiéis e deve ser castigado com penas mais rigorosas para satisfação da Justiça e exemplo dos mais.

O réu foi condenado a pagar as despesas do aljube, a quatro anos de degredo para fora do Bispado e a pagar as custas dos autos. Não poderia voltar à Freguesia de Itaverava enquanto Custódia fosse viva.¹⁷

A legislação eclesiástica distinguia a "ilícita conversação do homem com a mulher continuada por tempo considerável", resultando no delito de concubinato, das "fornicações vagas" ou relações sexuais esporádicas vistas com complacência quando praticadas por leigos solteiros. O concubinato incorria em penas pecuniárias e de degredo, mesmo se ocorresse entre leigos solteiros ou viúvos, visto que contrariava o valor do casamento. Sendo de sua competência, a

¹⁵ *Idem. Ibidem*, p. 87-87v-88.

¹⁶ VIDE, S.M. *op. cit.* Liv. 5, Tit. IX, p. 352-353.

¹⁷ AEAM, *op. cit.*, p. 95v.-96.

legislação eclesiástica recomendava que os clérigos fugissem das companhias e visitas de mulheres para não haver suspeitas. O clérigo beneficiado incontinentemente seria penalizado com pena pecuniária, prisão, suspensão das ordens podendo incorrer em excomunhão se reincidisse na culpa. O clérigo não beneficiado advertido pela terceira vez, poderia ser degredado para a África.¹⁸

Outro padre degredado por um ano em 11 de dezembro de 1772 foi Pedro da Fonseca Falcam que estando adoentado, valeu-se de remédios feitos por um negro tido como feiticeiro. A sentença diz que este crime é "um dos mais horrorosos" e que o Reverendo Réu, como Sacerdote, deveria recorrer a remédios da Igreja e não a superstições diabólicas, incentivando os fiéis a terem crenças combatidas pela religião católica.¹⁹

O Juízo Eclesiástico também menciona a condenação em cinco anos de degredo para Angola, do Padre Manuel Ribeiro Oliveira, mas não menciona o delito.

Nesses cinco casos de degredo estudados, o Juízo Eclesiástico cumpriu com a legislação vigente. De acordo com as leis, o clero devia ser punido rigorosamente, porque como membro da Igreja, devia seguir as suas leis e dar bom exemplo às suas ovelhas. Como esses casos se tornaram públicos, o vigário-geral não podia alegar falta de provas.

Não foi o mesmo que aconteceu com o Reverendo Pedro Machado Seguro, vigário encomendado da Igreja de São Pedro de Alcantra do Jacuy. Ele foi acusado de ter:

uma vida libidinosa com mulheres mencionadas no libelo, confessar homens e mulheres sem jurisdição, deixar os fregueses sem missa nos Domingos e dias Santos e morrer sem sacramentos alguns paroquianos, sendo para os administrar chamado. O reverendo defende-se dizendo que pelas testemunhas da culpa não prova o concubinato pois o tê-las em casa não é com segurança certa da desonestidade arguida por serem órfãos e terem comprado [sic] ao Reverendo Marcos Franco e elas credoras da mesma e nestes termos não tem lugar a presunção, nem sequer a pena por se acharem casadas como se evidencia de toda a inquirição do Réu

Quanto às acusações de não celebrar missa, confessar e dar sacramentos aos enfermos, o reverendo afirma que são de pessoas suas inimigas e que por isso não devem ser consideradas. O vigário-geral em 2 de agosto de 1770 absolveu o réu alegando falta de provas.²⁰

¹⁸ VIDE, S.M. *op. cit.* Tit. XXII, XXIII, XXIV, p. 364-370

¹⁹ AEAM, *op. cit.*, p. 69v.

²⁰ *Idem.*, p. 16-16v-17.

Crime de concubinato e incesto cometeu o padre Antônio Pereira Marques, que vivia com uma tal Joana Teles e depois com Anna Maria, irmã da mesma. Foi acusado e alegou ser calúnia do Doutor Joze Sales, amazio da Joanna e de seus inimigos capitais. Foi absolvido e apenas pagou as custas dos autos.

De acordo com as *Constituições* baianas, no incesto cometido por clérigos com parenta colateral de primeiro grau de consanguinidade, a pena seria de degredo por dez anos para Angola. Sendo pessoa secular deveria ser preso, pagar 50 cruzados e ser degredado por dez anos para Galés, Angola ou São Tomé. Numa sociedade misógina, as mulheres recebiam penas diferenciadas dos homens por serem naturalmente "mais fracas e menos acomodadas para se executarem nelas penas de maior demonstração", devendo ser castigadas com pena pecuniária, prisão e degredo para "as que pudessem cumprir".²¹

O padre Francisco Monteiro Pereira foi acusado de adultério e homicídio. Defende-se dizendo que era "malignidade de homens inimigos", o capitão Vicente Borges Pinto e Antônio da Silva Feijó, para se vingarem e que a dita mulher era quinquagenária e honesta. Quanto ao homicídio diz ter sido cometido por Antônio Roiz Silva e Semplicio Roiz, dez anos antes. Foi absolvido em 27 de maio de 1775, com direito a ver suas perdas e danos.²²

Um escrívão do Juízo Eclesiástico da Vila do Príncipe tinha a fama de:

trazer consigo de dia e de noite faca de ponta, usar de um facão e estar presumindo valentias, tocando em uma viola pelas ruas, entrando pelas casas meretrizes convidando-as para batuques, gastando nelas noites inteiras, fazendo nos mesmos atos desonestos e decompostos, cometendo insultos, solicitando mulheres para atos ilícitos, ainda aquelas que iam depor na sua presença para se casarem e que vivia amancebado com uma negra chamada Cizilia, admitindo e tendo-a na sua casa de dia e de noite, e que tinha cometido outros mais crimes que se tem no libelo da Justiça.

Defende-se o reverendo dizendo que estava sendo acusado por pessoas inimigas, a fim de o macularem "por ser a tal negra Secilia indigna de pessoa alguma tratar com ela como uniformemente depõem as testemunhas... ficando assim desvanecida aquela mancebia e também os mais crimes arguidos pelo Reverendo Réu". Foi absolvido, pagando apenas as custas dos autos.²³ Torna-se evidente o caráter pessoal e misógino da sentença, visto que a mulher era negra e tida como indigna.

²¹ VIDE, S.M. *op. cit.* Liv. 5, tit. XX, p. 361-362

²² AEAM *op. cit.*, p. 89.

²³ AEAM. *op. cit.*, p. 64-64v

O processo de seleção do clero e a própria sociedade mineradora, contribuía para as infrações cometidas pelo sacerdócio mineiro. Nessa sociedade os prazeres carnavais, financeiros e as divisões estamentais ocupavam lugar de destaque. O sacerdote, *homem do mundo* que era, também vicejava tais prazeres. Desta forma, para disciplinar o clero e, conseqüentemente, os fiéis, o Juízo Eclesiástico foi adaptando as leis à sociedade, tendo sua ação marcada por avanços e recuos.

FONTES MANUSCRITAS:

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana(AEAM)
Armário 6, segunda prateleira, gaveta 25.
Cód. 1029 - Juízo Eclesiástico - 1748 - 1765
Cód. 1030 - Juízo Eclesiástico - 1765-1784.

FONTES IMPRESSAS:

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo...*(1707). Coimbra, 1720.

_____. *Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia, Metrôpole do Brasil e da sua Relação e Oficiais de Justiça (1704)*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1764.

BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos Vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

AZZI, Riolando. "A Instituição Eclesiástica durante a primeira época colonial." In: HOONAERT, Eduardo et alii. *História da Igreja no Brasil Colonial. (Primeira época)*. 3ª ed. Petrópolis: Ed. Paulinas/Vozes, 1983.

BOSCHI, Caio César. "A universidade de Coimbra e a formação das elites mineiras coloniais." In: *Estudos Históricos (Viagem e Narrativa)*. Rio de Janeiro, 4(7),100 -111.

_____. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1968.

- DELUMEAU, Jean. *A Confissão e o Perdão*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1989.
- LEWKOWICZ, Ida. *Vida em Família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: FFLCH USP, 1992. (Tese de Doutorado).
- MOTT, Luiz. "Modelos de Santidade para um Clero Devasso: a propósito das pinturas do cabido de Mariana, 1760." In: *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte (9): 96 - 120, 1989.
- SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira/Pró-Memória/INH, 1985.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Os Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira do século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- TRINDADE, Côn. Raimundo. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história*. 2^a ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953. 2vols.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *A "Torpeza Diversificada dos Vícios": Celibato, Concubinato e Casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748 - 1801)*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FFLCH USP, 1993.